

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE NOVEMBRO DE 1997

Eu queria, por intermédio desse Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, conversar com o País.

Hoje, as medidas anunciadas pelo Governo foram medidas duras. E eu tomei essas medidas, autorizei essas medidas, porque estou com absoluta certeza de que elas são essenciais, são fundamentais para o Brasil.

Acredito que nós não podíamos incorrer em erro, nem de omissão e nem de dúvidas, num momento em que em alguns outros países, como se viu na Ásia, houve desvalorizações de 40%, que trazem a inflação de volta e que tiram o salário do bolso do trabalhador, do bolso daqueles que estão nos bancos, dos funcionários públicos e da classe média.

Nós tínhamos que agir com clareza e com determinação, como o fizemos.

Nenhuma das medidas tem por objetivo esconder o que quer que seja. Nem são medidas que visem a confiscar poupança, a criar situações de desrespeito a direitos estabelecidos. Pelo contrário. São medidas absolutamente claras, no seu alcance.

Por certo, elas podem acarretar impopularidade do Presidente. Mas o Presidente não está preocupado, neste momento, senão com o Brasil e com o povo do Brasil.

Aqueles que olharem com mais atenção o que nós fizemos, verão que fizemos o que era necessário para reganhar confiança. Sem confiança dos mercados nacionais e internacionais – e eles são ligados – não haveria condições de seguirmos adiante num grande programa, que é o nosso programa de retomada do crescimento em bases sólidas, de continuidade de uma série de transformações que estão beneficiando o povo.

E o povo é o primeiro a saber que, sem o real, sem uma moeda forte e estável, a inflação é o pior dos impostos. Essas medidas visam a impedir a volta da inflação, a impedir que haja a perda de confiança dos mercados no Real.

E, ao tomá-las, também nós cuidamos para que áreas fundamentais não fossem atingidas. Educação, saúde, assistência social, reforma agrária foram poupadas, completamente, de quaisquer medidas mais restritivas.

Por outro lado, não é preciso temer qualquer abalo na cesta básica. Aquilo que conta para o povo, que é a comida, que é o valor do seu trabalho, não será alcançado, não será afetado por essas medidas.

Alguns dirão que é possível que, com um pequeno aumento na gasolina, haja aumento de custo de vida. A FIPE, que é da Universidade de São Paulo, já calculou em 0,21%, ou seja, praticamente nada, a incidência desse pequeno ajuste sobre a inflação, no primeiro mês.

De modo que é preciso já, desde logo, afastar qualquer hipótese, no sentido de que nós possamos, com isso, acarretar a volta da inflação. A inflação não voltará, na medida em que o Real se mantiver forte.

E o Brasil não é um mercado. Então, hoje, é o conjunto do Brasil – é o governo, é o Congresso, é a população – que percebeu que tem que lutar pela manutenção das nossas possibilidades de continuidade de crescimento e, portanto, da defesa do Real.

É claro, alguns setores da população pagarão um certo preço. Mas, apenas 8% da população brasileira pagam imposto de renda, 8% da população brasileira e, ainda assim, com o cuidado com esses 8%, por-

que a classe média já tem sofrido muito, e nós não podemos deixar de prestar atenção às agruras da classe média.

Nós vamos mudar, como já foi dito, o imposto de renda das pessoas jurídicas. Mas nós, também, criamos condições para o setor exportador continuar crescendo. Há várias medidas – eu não preciso detalhá-las, porque os técnicos já o fizeram – de apoio à continuidade do processo de exportação no Brasil.

Por outro lado, nós também tomamos medidas que são moralizadoras. Alguns poderão perguntar, no que diz respeito à existência de funcionários aposentados, que não se recadastraram, por que é que não se fez isso antes? Porque o Brasil era um país bastante desorganizado. E foi preciso um esforço grande, de reorganização, e nós fizemos um contrato com o Banco do Brasil. Nunca tinha sido feito um cadastramento dos funcionários em inatividade. Já havia dos que estão em atividade. E, para nossa surpresa, passava de cem mil o número dos que não se apresentaram nesse recadastramento. Estamos fazendo uma verificação para avaliar quantos são e, certamente, depois de um aviso no contracheque, nós suspenderemos o pagamento daqueles que não se recadastrarem, porque são pagamentos ilícitos.

Da mesma maneira como vamos continuar a combater o superfaturamento do comércio exterior, a combater a lavagem do dinheiro – as medidas estão no Congresso, estamos atuando com mais energia, para isso –, da mesma maneira nós temos medidas para garantir a recuperação dos créditos tributários.

De modo que é um conjunto de medidas. Não se trata apenas de uma medida. Não visa a recair sobre um setor em especial. Visa, sim, a evitar que os setores que mais necessitam sejam atingidos. E eu já disse por que: porque a inflação não volta, porque a cesta básica se mantém, sem ser abalada por essas medidas. E porque nós faremos tudo para acontecer aquilo que nós desejamos. E nós desejamos a queda da taxa de juros, que subiu em função do descrédito dos títulos da dívida no exterior e da valorização maior das aplicações fora do que as feitas aqui. Por isso é que nós tivemos que aumentar a taxa de juros.

Com essas medidas, à proporção que ganharmos outra vez a confiança no país, nós voltaremos a baixar as taxas de juro. E isso mostra que vamos manter a mesma política. A política do Brasil é uma política que não vai mudar ao sabor de alguma modificação momentânea de estado de espírito com relação ao País, à condição de que nós demonstramos, como nós estamos demonstrando, decisão, capacidade de agir no momento oportuno e de enfrentar os problemas pela raiz. E enfrentar pela raiz é restabelecer condições de que o déficit fiscal não seja um peso insuportável.

Devo dizer que o déficit fiscal que eu recebi quando assumi o Governo era de quase 5% do PIB e nós já baixamos esse déficit para ao redor de 3% do PIB. Portanto, nós não deixamos de fazer o que tínhamos que fazer. Apenas, como mudou a atmosfera no mundo, em função da crise asiática, nós temos que fazer mais depressa aquilo que nós estávamos fazendo numa trajetória mais longa.

E, da mesma forma, no que diz respeito às contas externas do Brasil, as contas correntes do Brasil, todas as medidas são claramente indicadoras de que nós vamos ter um desempenho mais favorável na nossa balança de contas correntes e, por outro lado, que a balança comercial vai melhorar, porque nós estamos tomando medidas que favorecem os exportadores, a exportação e porque nós também estamos prevendo que haverá menor demanda nas importações, coisa que já estava ocorrendo, que o mês de outubro já nos tinha mostrado.

E as previsões dos pessimistas, de que nós iríamos ter, no fim do ano, um déficit da balança comercial de até 15 bilhões se mostram insubsistentes, porque, no máximo, nós vamos chegar entre 9 e 10 bilhões, no máximo. E é possível até que esteja ao redor de 9, mais do que de 10 bilhões de dólares. E no ano de 1998, certamente, com essas medidas todas, nós vamos ter um desempenho na nossa balança comercial ainda mais expressivo, ainda melhor.

Portanto, nós estamos aprofundando aquilo que estávamos fazendo e estamos acelerando algumas diretrizes de política, por causa do clima que se criou, a partir da crise asiática. Mas, com isso, nós vamos conti-

nuar os nossos programas de privatização. Nós vamos aumentar o nosso cacife em termos de recursos disponíveis. E nós temos vários.

Alguns dos nossos técnicos já estão trabalhando em áreas para mostrar como nós podemos transformar em recursos vivos aquilo que nós temos em termos de petróleo, em termos de recebíveis, ou seja, de dívidas do setor elétrico que podem ser “securitizadas”.

O País tem muitos recursos. E o Governo, tendo a disposição que tem para enfrentar as adversidades, com competência e com coragem e também com tranquilidade, sabendo que o mais importante de tudo é que a população acompanhe, que a população saiba, entenda que o esforço feito é um esforço para salvaguardar o que é essencial, que é a estabilidade da moeda e da vida, não voltar a inflação e criar condições para que o crescimento possa ser retomado.

E acho que seria prematuro fazer previsões sobre taxas de crescimento no ano que vem, porque eu acho que o Brasil é um país que desmoraliza os pessimistas. O pessimista, já dizia o Presidente Kubitschek, erra no ponto de partida, porque, freqüentemente, a previsão está aquém do que vai acontecer. O otimista, pelo menos, está mais afim com o sentimento do povo e com a vontade que nós temos de continuar mantendo o Brasil, como continuaremos, como um país democrático, decente para o seu povo e um país que tem um governo que fala ao país, que não tem o que esconder.

E o povo é testemunha de que o Presidente e o Governo, nós estamos empenhados numa batalha dura. Precisamos e temos tido o apoio do Congresso. As reformas precisam continuar. Tivéssemos já as reformas, talvez não precisássemos, hoje, de medidas tão duras. Continuaremos a luta por elas, continuaremos na privatização, continuaremos atuando em todos os campos e com a confiança que em mim não vai faltar nunca no meu país.

Era o que eu queria dizer e agradecer a vocês.

Muito obrigado.

